

Sociedade Multicultural: educação, identidade(s) e cultura(s)

GILBERTO FERREIRA DA SILVA*



RESUMO – Este trabalho tem por objetivo traçar uma reflexão pautada nos movimentos de circulação dos bens culturais e dos processos de construção identitária no âmbito da cultura e da educação. A preocupação centra-se em demonstrar, aproveitando-se de alguns dados estatísticos, as mudanças ocorridas nestas últimas décadas, configurando o que denomina-se de sociedade multicultural. A partir desse pressuposto apresento um conjunto de características que norteiam a configuração da sociedade multicultural onde elementos tais como a multi-étnica, identidades híbridas e movimentos migratórios constituem focos para a análise da realidade multicultural, buscando formas de intervenção nesse contexto. No âmbito educativo a concepção de interculturalidade é anunciada nesse trabalho como uma possibilidade de efetivar essa intervenção.

Descritores – Educação; identidade; cultura; multiculturalismo.

ABSTRACT – This paper has as objective to trace a reflection based on the movements of circulation of cultural goods and in the process of identity construction in the realm of education and culture. The focus is to demonstrate, using statistical data, the changes of the last decade, giving shape to the multicultural society. From that perspective the text presents a group of characteristics of the multicultural society such as multi-ethnicity, hybrids identities, migratory movements that are key to the analysis of multicultural reality and searching for forms of intervention. In education the conception of intercultural is considered a possibility for the intervention in the multicultural society.

Descriptors – Education; identity; culture; multiculturalism.



* Professor do UNILASALLE/UEGERS. E-mail: gilfs@uol.com.br
Artigo recebido em: novembro/2003. Aprovado em: abril/2004

SOCIEDADE EM MOVIMENTO: IMIGRAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

Ao lado da nova ordem mundial que se instaura, em função das transformações tecnológicas, globalização da economia e mundialização da cultura, um segundo processo tem sido determinante para a constituição de sociedades plurais: a imigração (SAÉZ CARRERA; GARCIA MARTINEZ, 1998, p. 95). O Banco Mundial (1996, p. 46) estima que até o ano de 1995 havia em todo o mundo cerca de 125 milhões de pessoas fora de seus países de origem. Cifra que, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), pode ser dividida em 70 milhões de imigrantes em busca de melhores condições de vida, 22 milhões de vítimas de conflitos armados e guerras civis e 25 milhões que, mesmo sem cruzar as fronteiras de seu país, foram obrigados a deixar seu lugar habitual de residência (FERNANDEZ, 1998, p. 19).

O quadro que se encontra é o seguinte: a Espanha até o ano de 1980 possuía 181.544 estrangeiros residentes, na maioria europeus. Em 1997 estes dados aproximaram-se de 600.000, sendo que 50% são europeus e outros 50% são de diversas partes do mundo, como por exemplo: 20% de ibero-americanos, 20% de asiáticos e 10% de africanos (FERNÁNDEZ, 1998, p. 19). Outros países europeus, no ano de 1994, receberam imigrantes, como é o caso da Itália (150.764), do Reino Unido (73.814) e da Suécia (50.859) (SANCHEZ CANO, 1997, p. 14). Interessante destacar que esses números podem parecer elevados, no entanto, correspondem somente a 5% do total da população europeia no ano de 1997, considerada por Sánchez Cano como “[...] uma cifra relativamente baixa, que revela que o problema não se situa tanto na dificuldade de integrar os imigrantes já presentes na UE (União Europeia)” (SANCHEZ CANO, 1997, p. 14).

Dados oferecidos pelo Jornal El País (MARTÍ FONT, 1998, p. 30) indicam que, na Espanha, o número de imigrantes oficialmente residentes é de 1,4% do total da população, confirmando a afirmação realizada por Sánchez Cano. Segundo dados do Banco Mundial, somente no ano de 1993 cerca de 900.000 pessoas imigraram para o Canadá, Estados Unidos e Austrália. Ainda assim, podemos acrescentar outros dados no que se refere à imigração específica na América Latina. Gar-

Educação

cia Canclini (1998, p. 4) destaca que entre os anos de 1960 e 1965 países como Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai acolheram 105.783 espanhóis imigrantes.

Já com relação à imigração massiva que vivem os países europeus nesta última década, Alfredo Bruto da Costa (1998, p. 70), pesquisador sobre exclusão e pobreza do Conselho Europeu, considera como

[...] um movimento de populações colonizadas para os países colonizadores. Este movimento tem de ser entendido como a outra face da colonização, ou, como alguém lhe chamou, o movimento do 'regresso das caravelas'¹. Trata-se de um movimento com fundamento histórico que não se pode ignorar. A Europa pós-colonial não pode colocar-se na postura pré-colonial, pela simples razão de que, entre os dois momentos, existiu todo o período colonial.

É a partir do contexto europeu, onde as imigrações se intensificaram nos anos 90, em função sobretudo das transformações ocorridas nos países do Leste, que a pesquisadora Dolores Juliano (1998) propõe a distinção de três categorias de imigrantes: o colonizador, os refugiados políticos e o imigrante econômico. No primeiro tipo de categorização, situam-se os povos europeus como exemplo histórico desta forma de imigração e que constituem o maior contingente de pessoas em terras estrangeiras.

Já os refugiados políticos são pessoas que, por defenderem posturas políticas contrárias àquelas que predominam em seus países de origem, se obrigam a imigrarem por serem vítimas de perseguição. Este tipo de imigrante normalmente não se integra na sociedade que os "acolhe", considerando-se como visitante temporário.

Apostando encontrar em um outro país uma situação melhor para viver, o imigrante econômico frequentemente se coloca de forma aberta para acolher a nova cultura, os novos hábitos e costumes da socie-

¹ Um tanto forte esta expressão para designar o movimento de imigração que mobiliza milhões de pessoas do hemisfério sul em direção ao hemisfério norte, vítimas da exploração dos países ricos, empobrecidos pela especulação da matéria-prima de seus países de origem, essa massa populacional busca condições para sobreviver, assumindo em grande medida trabalhos no chamado primeiro mundo que os "cidadãos da comunidade européia" se negam a realizar.

Educação

dade que elegeu. Busca integrar-se na sociedade, frequenta cursos de línguas, possui códigos culturais de referência, estabelece conexão entre a sua cultura de origem e a nova, valoriza o intercâmbio com experiências diversas.

Dolores Juliano (1998, p. 129) sugere entre esses três tipos de imigrantes um eixo comum: o fato de todos serem adultos e já terem vivenciado a fase inicial de endoculturação em um lugar distinto, o que marcará sua convivência posterior. Diante de situações de discriminação na sociedade, os imigrantes adultos podem recorrer às suas origens culturais como uma forma de refugiar-se dos comportamentos racistas e discriminatórios de que são vítimas.

A realidade da imigração explicita a debilidade do ideal do Estado-Nação (uma cultura comum e uma sociedade homogênea) não somente pela diversidade de culturas reelaboradas em terras estrangeiras pelos imigrantes mais recentes, mas também como resultado da preservação de diversas expressões culturais de grupos historicamente enraizados no interior dos Estados-Nações e que, atualmente, ressurgem com força, seja pelas manifestações nacionalistas, seja pelas atitudes discriminatórias e racistas frente ao estrangeiro.

Néstor García Canclini destaca que as imigrações não são um fator recente. No final do século passado, aproximadamente 52 milhões de pessoas deixaram a Europa em direção aos Estados Unidos, América Latina e Austrália. Uma diferença entre esta imigração realizada no final do século e a que presenciamos agora em direção à Europa diz respeito ao fato de que os primeiros imigrantes permaneciam desconectados de sua terra, enquanto que os imigrantes atuais conseguem manter uma comunicação razoavelmente fluida com seus lugares de origem. Em grande medida, isto é possível em função dos avanços da tecnologia informacional, permitindo a um imigrante ter acesso aos fatos ocorridos em sua terra natal quase simultaneamente. O autor acredita que os processos de intensificação da interculturalidade² “são

² Na bibliografia sobre multiculturalidade, é corrente a distinção entre interculturalidade, normalmente utilizada para designar as formas de intervenção na sociedade multicultural e enquanto que o termo multiculturalidade designa a constituição e presença de diferentes culturas em uma mesma sociedade. No trabalho citado de Néstor García Canclini (*América latina e Estados Unidos: Mercado e interculturalidad*) não se encontra esta distinção conceitual dos termos, sendo utilizados como sinônimos.

Educação

produzidos através das comunicações midiáticas do que pelos movimentos migratórios” (GARCIA CANCLINI, 1998, p. 4).

Falar em sociedades plurais implica no reconhecimento da diversidade cultural, religiosa, étnica, ..., porém, como destaca Touraine, sociedade plural ou sociedade multicultural “não consiste em uma fragmentação da sociedade em comunidades encerradas em si mesmas que somente estariam ligadas entre si pelo mercado ou, inclusive, pela segregação [...]”.

Mas o sentido das sociedades multiculturais está na definição da

combinação em um território dado de uma unidade social e de uma pluralidade cultural mediante intercâmbios e comunicações entre atores que utilizam diferentes categorias de expressão, análise e interpretação (1995, p. 16).

Em termos gerais, visualizamos uma tendência dual na sociedade: por um lado, universalização e globalização da economia e da cultura como resultado, em grande medida, dos avanços tecnológicos, e, de outro, o fortalecimento de movimentos que lutam pela preservação de identidades, ou seja, reforçam a idéia do particular/local. Esta dinâmica social identitária é explicitada por Manuel Castells (1998) através da distinção de três formas de identidades: identidades legitimadoras, identidade de resistência e identidades projeto.

Identidades legitimadoras são aquelas produzidas pelas instituições dominantes da sociedade, com a função de ampliar e racionalizar o poder sobre os atores sociais. Como resultado da ação consciente de atores sociais que se colocam contrários à lógica de dominação, surgem as identidades de resistência nas quais os aspectos coletivo e comunitário são importantes como uma forma de fortalecimento. Um exemplo dessa forma de identidade são as organizações negras nos Estados Unidos que resgatam a tradição cultural e reforçam os vínculos com as “raízes” de pertencimento.

Quanto à identidade projeto, corresponde a uma nova construção identitária a partir dos elementos culturais disponíveis na sociedade e almeja a transformação da estrutura social. Castells (1998, p. 30) ofe-

Educação

rece como exemplo desta nova identidade os movimentos feministas que rompem com a sociedade patriarcal, questionando vários elementos de relações sociais, como a sexualidade, formas de produção etc.

As sociedades plurais se movimentam numa dinâmica que articula realidades distintas, provocando uma revisão das concepções modernas que nortearam a compreensão de elementos como a diversidade de culturas, línguas, costumes e tradições (só para citar alguns) convivendo numa única sociedade, ou, como descreve Touraine (1995, p. 20),

[...] a modernização parece levar-nos do homogêneo ao heterogêneo, da religião e das proibições comunitárias à liberdade de pensamento e culto. Cada vez é maior o volume de indivíduos que vivem em uma cultura mestiça, que constroem um sincretismo cultural ou religioso muito individualizado, quando se debilitam as normas em grande número de esferas, desde o tipo de vida familiar ou sexual até a alimentação ou o vestir.

Cabe ressaltar que o pluralismo cultural, presente em nossas sociedades, exige a busca pela sintonia entre os universalismos, produzidos pela modernidade com a crescente particularização das aspirações e experiências dos sujeitos neste final de século.

PARA ALÉM DO SUJEITO POLÍTICO

De uma forma propositiva, Touraine (1997, p. 16), partindo da pergunta “poderemos viver juntos?”, analisa a sociedade multicultural atual. Parte do princípio, já apontado neste trabalho por outros autores, de que economia e identidades culturais estão cada vez mais dissociadas, sugerindo a combinação destes dois elementos a partir do **Sujeito**³ como única forma de criar “um campo de ação pessoal, sobretudo,

³ Para definir a noção de sujeito na perspectiva de Touraine, é preciso antes de qualquer coisa, localizar a trajetória do sujeito nas diferentes épocas, ou seja, na sociedade industrial/moderna e na sociedade atual que o autor também identifica como desmodernização. Na sociedade industrial/moderna o sujeito estava limitado pelos papéis que ocupava, sendo trabalhador, chefe de família, religioso, representante do poder institucional etc. A relação estava centrada não no sujeito, mas nas ordens e normas que a sociedade impunha. Era um sujeito mais na perspectiva coletiva e comunitária que concebe o ideal de uma sociedade socialista perfeita que, no entanto,

Educação

um espaço de liberdade pública”. Para isso se faz necessária à construção de um Sujeito mediante a complementaridade de três forças:

[...] o desejo pessoal de salvaguardar a unidade da personalidade, desgarrada entre o mundo instrumental e o mundo comunitário; a luta coletiva e pessoal contra os poderes que transformam a cultura em comunidade e o trabalho em mercadoria; o reconhecimento interpessoal, porém, também institucional, do Outro como Sujeito (1997, p. 16).

Uma combinação que nos remete ao ideal dos Estados nacionais que buscaram na homogeneização cultural e política o fortalecimento de identidades coletivas e políticas relacionadas à cidadania. Vários estudos, tanto históricos quanto sociológicos, demonstraram como as identidades culturais coletivas e pessoais foram destruídas em nome deste ideal, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Para ilustrar, registramos o caso dos índios *sioux* nos Estados Unidos, em que a elevada taxa de suicídios traduz a desorganização pessoal e social vivida por este grupo humano.

Do sujeito político nacional-democrático, construído durante a modernidade, sob potentes bases racionalistas com vistas a assegurar uma participação livre e democrática, a modernidade impôs uma racionalidade autoritária que levou ao triunfo o universalismo político. É, justamente, partindo deste modelo que Alain Touraine localiza as debilidades que vêm se tornando explícitas e faz com que comecemos a pensar não mais nos integrismos democráticos, mas em um multiculturalismo que se defina por um ressurgimento do sujeito não mais coletivo, nem trabalhador, mas um sujeito capaz de construir possibilidades de liberdade na sua própria organização existencial.

através da luta de classes, do conflito entre patrão e empregado expressa sua inconformidade com as injustiças. Já com relação à sociedade atual, o sujeito encontra-se debilitado pelo processo de dissociação entre mercado e economia, já não impera um sujeito coletivo ou comunitário, mas a necessidade de construção de um novo sujeito que garanta a sua própria individuação, a sua singularidade, que se construa enquanto tal e possa ser capaz de combinar elementos como a sociedade, a cultura, o consumo e a personalidade numa perspectiva diferente da que apresenta e estimula a sociedade de consumo (Cf. TOURAINE op. cit.).

Educação

Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 2 (53), p. 283 – 302, Mai./Ago. 2004

Nesse sentido pode-se apontar a década de 60 como um marco. As lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos, em especial, a luta dos negros americanos, impele uma nova postura na construção de identidades que vão se fortalecendo e possibilitando alternativas diversas. Entre estas alternativas, o comunitarismo e o relativismo cultural se inserem como respostas ao processo de mudança que é imposto pela nova reorganização mundial. Uma articulação entre global e local oferece as primeiras resistências ao processo de globalização da economia e de mundialização da cultura.

E é desse debilitamento que surgiram os problemas e as próprias contradições de um multiculturalismo que não tem nada a ver com as reivindicações de sociedades e culturas locais ou minoritárias em impérios ou Estados, todavia, pré-modernos e mal integrados (TOURAINÉ, 1997, p. 224).

O comunitarismo, como uma das respostas ainda vigentes na sociedade atual, “exige a correspondência completa em um território dado entre uma organização social, orientações e práticas culturais e um poder político; quer criar uma sociedade total” (TOURAINÉ, 1997, p. 225). A noção de comunitarismo está definida por um movimento cultural ou força política que cria uma comunidade centrada em valores culturais, eliminando os que pertencem a uma outra cultura, ou mesmo a uma outra sociedade. Touraine define comunidade como sendo um espaço em que grupos definidos por gostos e costumes se beneficiam de uma certa organização interna e em particular da capacidade de estar representados diante dos poderes públicos.

Este processo de comunitarização, segundo o autor, leva a um rechaço do outro diferente, que não inclui os mesmos costumes e cultura. Nesse sentido, a comunitarização acentua a formação de guetos, impossibilitando o diálogo entre as culturas e caminhando para um processo de isolamento e separação do restante da sociedade em que estão inseridos. Processo que ocorre por dois caminhos: o primeiro, de forma voluntária, ou seja, pela própria necessidade sentida pelo grupo, e o segundo, por complementação, provoca esse isolamento dentro de um contexto social maior.

Nada mais distanciado do multiculturalismo que a fragmentação do mundo em espaços culturais, nacionais ou regionais, alheios uns aos

Educação

outros, obcecados por um ideal de homogeneidade e de pureza que os asfixia e sobretudo substitui a unidade de uma cultura pela de um poder comunitário, as instituições por um mandamento, uma tradição por um livrinho de uma cor ou de outra, mostrado e citado de forma imperativa a cada instante (TOURAINÉ, 1997, p. 226).

Portanto, podemos dizer que o multiculturalismo busca uma combinação da diversidade das experiências culturais com a produção e a difusão massiva dos bens culturais. É desta combinação que parece vir uma possível forma de resistência à dissociação entre economia e cultura vinculada no interior do processo de globalização.

É desde um princípio universal, capaz de combinar organização social e vida pessoal, que Touraine (1997, p. 230) vê possibilidades de solução para este enfrentamento e deslocamento. “A livre construção da vida pessoal é o único princípio universalista que não impõe nenhuma forma de organização social e de práticas culturais”. Na medida que se respeita a liberdade de cada um, a aceitação do outro diferente se dá de forma mais natural com isso retirando do cenário o rechaço e os xenofobismos.

É pelo esforço desta combinação que pode se basear uma sociedade multicultural democrática. O cuidado que se exige, para não confundir a visão de Touraine com uma leitura universalista do sujeito, passa pelo processo de combinação e não pela limitação do sujeito como um valor universal. É esta postura que distancia o autor das posturas defendidas pelo comunitarismo e pelo multiculturalismo relativista.

Na busca de argumentos que possam dar sustentação à sua proposta, o autor apresenta três formas que podem contribuir na construção de sociedades multiculturais, em que igualdade e diferença não se contrapõem, mas exigem uma articulação como forma de garantia da democracia.

O encontro das culturas: “Afirma a existência de conjuntos culturais fortemente constituídos, cuja identidade, cuja especificidade e cuja lógica interna devem ser reconhecidas, porém sem serem totalmente alheias, mas diferentes umas das outras” (TOURAINÉ, 1997, p.

Educação

230). Tomando como referência a postura de Claude Lévi-Strauss, Touraine afirma que a comunicação entre culturas diferentes deve ser limitada para que não corra o perigo de serem absorvidas pela que apresenta características universais.

No campo político, esta postura, que reconhece a diversidade cultural, pode acabar gerando uma espécie de protecionismo na relação com as culturas minoritárias (p. ex.: culturas indígenas do norte do Brasil). Postula que este posicionamento de reconhecimento das diferentes culturas se apresenta como uma possibilidade, mas que, no final, acaba destruindo as culturas minoritárias.

Esta lógica está muito distante da posição de Claude Lévi-Strauss e de todos aqueles que defendem a diversidade das culturas, porque, por detrás de uma aparente tolerância, sempre terminaram destruindo as culturas locais ou minoritárias, do mesmo modo que mantiveram de forma decidida a relação hierárquica com os homens, donos da vida pública, e as mulheres, encerradas na vida privada (TOURAINÉ, 1997, p. 240).

O que está em jogo é a relação que se estabelece entre o universal e o particular. As respostas encontradas por muitos pesquisadores atuais, em que o reconhecimento das diversidades culturais é apontado como uma saída para o dilema atual, são criticadas por Touraine que vê, neste puro reconhecimento, uma leitura que passa pelo exterior do problema do multiculturalismo, sem adentrar no seu interior, que é o verdadeiro papel do sociólogo.

O parentesco das experiências culturais: Diferente da visão do encontro das culturas, esta forma pressupõe o estabelecimento da comunicação não se dando mais entre os conjuntos culturais constituídos, mas entre condutas coletivas que se esforçam em sua totalidade para resolver os mesmos problemas considerados fundamentais. É o parentesco encontrado entre as diferentes culturas que gera a possibilidade de estabelecer o diálogo intercultural, e não o simples fato de reconhecer a diversidade de culturas presente na sociedade.

[...] o Sujeito emerge do nível da experiência individual e da vontade de todos e de cada um para dar sentido à sua vida, e não

Educação

desse outro nível, mais elevado, demasiado irreal, de uns sistemas culturais e sociais fortemente constituídos.[...] equívale dizer que as culturas não são, ao menos no mundo moderno em que vivemos, entidades separadas e fechadas sobre si mesmas; são modos de gestão de mudanças tanto como sistemas de ordem (TOURAINÉ, 1997, p. 243).

É por este viés que esta postura se diferencia da anterior, não reconhecendo simplesmente a diferença, mas parentescos mais ou menos distantes entre as culturas.

A reordenação do mundo: Mesmo apontando as diferenças entre as duas posturas anteriores, Touraine observa que a manutenção do distanciamento entre as culturas para o estabelecimento do diálogo intercultural não basta. O receio de que a substituição da racionalidade real pela racionalidade formal/instrumental possa dar abertura para a legitimação de um poder absoluto expressa a redução de nossa sociedade a um grande mercado de consumo. Uma analogia proposta pelo autor exemplifica bem esta situação:

[...] o supermercado seria a expressão mais positiva de um multiculturalismo reduzido à diversidade das demandas. [...] A liberdade de intercâmbio e de compra não impede nem a discriminação nem a segregação, (...) parte de uma constatação: a sociedade de massa e as identidades culturais se separam cada vez mais, em vez de dissolver-se as segundas na primeira. O problema da comunicação intercultural não está regulado pela globalização econômica (TOURAINÉ, 1997, p. 245).

Por este caminho, resta ao sujeito reinterpretar tudo que a racionalidade moderna eliminou como elemento que se contrapunha à razão, reconstruindo-se a si mesmo enquanto sujeito humano. A inserção do debate sobre o multiculturalismo neste entorno possibilita observar que a necessidade imediata é a de reordenar o mundo e, neste reordenamento, incluir a questão da multiculturalidade que encerra, em si mesma, uma força de transformação, utilizando a via cultural. Neste processo, a reconstrução do próprio sujeito não deve ser esquecida e mais do que isso, deve ser colocada no centro das atenções. Na reor-

Educação

denação mundial dois elementos são fundamentais e complementares: a rememoração e o distanciamento.

A rememoração resgata da própria experiência do sujeito o que ficou ausente, ignorado e distante, tornando-o presente. Por sua vez o *distanciamento* envolve a formação de cada um de nós como um sujeito que não se confunde com nosso Ego, “como uma espécie de viagem ritmada por encontros que servem ao viajante para tomar distância com respeito a sua situação social” (TOURAINÉ, 1997, p. 248).

No entanto, como aponta Touraine, a constituição de um sujeito forte e capaz de assumir este duplo movimento ainda está em processo de construção. Detecta-se um sujeito debilitado pela racionalidade real da modernidade, que passou pela mudança, levando a um sujeito racional/instrumental. Este sujeito encontra-se no limiar de um novo processo de reconfiguração mundial que dissocia economia e cultura. A idéia é apresentar resistência à mudança desencadeada pela globalização, atribuindo um papel principal ao resgate e reconstrução do sujeito.

Se se quer expulsar a exploração puramente comercial da diversidade cultural, e se se pretende evitar o choque das culturas, quando a diferença alimenta o medo e o rechaço, temos que dar um valor positivo a essas mesclas e a esses encontros que nos ajudam, a cada um de nós a ampliar a experiência própria, a fazer deste modo mais criadora nossa própria cultura (TOURAINÉ, 1997, p. 251).

RECONFIGURAÇÃO DA SOCIEDADE MULTICULTURAL: IDENTIDADES E EDUCAÇÃO

O que se pretende com esta parte do trabalho é situar o estado da questão no que diz respeito à formação, ou melhor, à reconfiguração das sociedades atuais impulsionadas pela presença intensiva de formas diferentes de expressões culturais que tanto podem ser advindas dos movimentos de globalização da economia e da cultura, como dos processos de transformação e descoberta que têm possibilitado o avanço no campo das tecnologias, conforme foi apontado no capítulo anterior.

Educação

Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 2 (53), p. 283 – 302, Mai./Ago. 2004

A perspectiva por denominar nossas sociedades atuais como em processo de reconfiguração multicultural diz respeito, inicialmente, ao projeto idealizado para a formação dos estados nacionais. Um projeto que não se consolidou, preservando em seu interior outras tradições culturais e lingüísticas que não as impostas oficialmente pelo estado político.

Na verdade, pensar sobre a sociedade sob a perspectiva da constituição multicultural é contrapor tal idéia à lógica do estado nacional, principalmente, no âmbito da cultura, concebida pelo Estado nacional como única e coesa. Admitir nossas sociedades como multiculturais significa considerar o que historicamente tem sido negado e, a partir disso, reconstruir uma outra lógica de interpretação dessa realidade que possa ser útil para a própria prática social educativa.

Sob o ponto de vista abordado por Touraine (1995, p. 15), a sociedade multicultural pode ser constituída por um estado unicamente laico que defenda e garanta o princípio básico da democracia: a pluralidade e a diversidade. Isto não significa afirmar uma sociedade fragmentada, dividida por grupos étnicos ou culturais, por grupos religiosos ou de ordem política, mas implica em um processo de revigoreamento, principalmente, dos sujeitos que fazem parte das sociedades atuais, recompondo seu papel nas estruturas sociais e, conseqüentemente, a luta pela democratização dos meios de produção cultural, dos meios econômicos e das divisões do poder político de forma democrática e participativa.

A sociedade multicultural que se reconfigura e se reorganiza⁴ obriga a considerar o papel dos sujeitos no singular e a própria identificação desses sujeitos como processos fluídos e mutantes. Não se nega a importância do ato coletivo como um dos elementos que compõe esta identificação, mas se agrega a isto a revalorização do eu no singular.

⁴ Trabalha-se com a idéia de reconfiguração e reorganização considerando o processo de construção dos estados nacionais. Uma construção todavia não consolidada e que negou a diversidade em nome de uma homogeneização cultural considerada positiva, com vistas a constituir o estado nacional idealizado. Nesta perspectiva, não temos hoje uma sociedade com diferentes expressões culturais pela primeira vez, mas uma sociedade que se reorganiza, impulsionada pelos intensos processos de transformação, em grande parte advindos das inovações e descobertas no universo das novas tecnologias da comunicação e da informação.

Educação

Junto com esta revisão acompanham outros problemas a serem assumidos e enfrentados. Um deles diz respeito à convivência das mais diferentes culturas em contato em um mesmo espaço físico - realidade visível, principalmente, nos grandes centros urbanos das metrópoles.

É preciso preparar estes sujeitos para a convivência solidária com outras culturas, na relação a ser estabelecida com o outro diferente, portador de valores e tradições culturais e sociais com as quais não estamos acostumados a lidar.

A reconfiguração da sociedade multicultural se dá na medida que cada vez mais vivenciamos a presença de outros povos conosco. Sujeitos que se constituem pelos processos de contato e enfrentamentos culturais cotidianos, se formando em processos de intercâmbios intensos, muitas vezes inconscientes, que geram outras formas de comunicação e de produção cultural não mais sustentadas por matrizes únicas.

Sujeitos com identidades híbridas e mestiças são o resultado que já se começa a vislumbrar neste início de século. Formas identitárias com novas configurações e com novos elementos, exigindo tanto do poder político quanto dos produtores de conhecimento nas distintas áreas científicas a elaboração de novas formas de organizar a sociedade e compreender os fenômenos, principalmente, no âmbito cultural. Quando faço essa afirmação não penso, necessariamente, em um ato consciente coletivo, penso nos atos “invisíveis” que configuram estas outras formas de criar e recriar identidades e outros sujeitos diferenciados do que temos sido até agora. Uma identidade que se reconstrói pela interação com a diversidade, pela diversidade e na diversidade cultural, religiosa, social etc.

Da mesma forma que o ato de pensar a comunidade em que esses sujeitos se inserem deve ser um ato criativo que, segundo a perspectiva abordada por Homi Bhabha (1998, p. 29), re-estabelece a comunidade fronteira da migração, do movimento, da fluidez, da dinâmica, a comunidade é também orgânica, engajada, comprometida com um projeto democratizador das estruturas sociais. Essa comunidade não é a comunidade fixa, delimitada por um espaço físico ou pela organização demandada pelas reivindicações somente de ordem política. É, justamente, pelo interior dessas transformações sociais e culturais e de

Educação

lutas políticas que se constituem outras relações que agregam os indivíduos/sujeitos/agentes. Essas relações são as interculturais e extraterritoriais no dizer de Bhabha. Também posso usar outra linguagem para localizar essas relações, a idéia da transnacionalização, da circulação de culturas que, rompendo as barreiras estabelecidas pelas fronteiras, criam e recriam outras significações, outros sentidos em lugares distantes.

Para uma primeira aproximação deste processo no espaço educativo, alguns interrogantes ajudam a desenvolver a reflexão. Que papel ocupa a educação nestes movimentos de reconfiguração social marcadamente multiculturais? Que possibilidades a escola, enquanto instituição, oferece para a potencialização dessas expressões multiculturais? É possível utilizá-las como um elemento pedagógico na construção de saberes e processos de aprendizagem? Como lidar com esses sujeitos híbridos? Mestiços?

Em um primeiro momento, acredito que a reflexão a ser estabelecida, nos assumindo enquanto educadores, deve se dar a partir desses deslocamentos: já não temos sujeitos constituídos por uma rigidez, facilmente detectável, temos sujeitos/alunos híbridos, uma só demarcação identitária já não consegue dar conta. A passagem do sujeito somente coletivo para um outro sujeito que é resultado de processos híbridos é um dos deslocamentos a que me refiro. Talvez a idéia de ruptura do modelo educativo homogêneo e a construção de um outro modelo mais fluído/híbrido⁵ possa ser capaz de trabalhar pedagogicamente com as distintas expressões culturais pelo viés da fronteira, pelo viés intervalar, como sugere Homi Bhabha.

As maneiras com que se deve trabalhar exigem a reestruturação do próprio sistema educativo e, mais ainda, uma reestruturação do processo formativo de docentes em todos os níveis. Reestruturação que se coloca para além de um processo de conscientização, para uma formação integral e crítica que busca no reconhecimento das distintas expressões culturais um dos princípios básicos para essa atuação inter-

⁵ A utilização desses binômios (fluído/híbrido, sujeito/aluno etc.) na própria construção da escrita expressam a reflexão ainda em processo de gestação, não encontro as palavras mais apropriadas para descrever e definir esses processos em movimento a que me refiro.

Educação

cultural, seguida pelas relações marcadas por uma postura entre as tradições/matriz/matizes culturais trabalhando pela convivência solidária entre os grupos culturais

A mudança do enfoque da escola para uma atuação que considera a multiculturalidade presente em nossos espaços sociais obriga que se repense também todos os outros componentes da atuação educativa na perspectiva intercultural.

FUNDAMENTOS DA SOCIEDADE MULTICULTURAL

No universo do debate sobre os enfoques e contribuições de uma sociedade que considera a perspectiva multicultural como ideal, localizam-se alguns pressupostos básicos e que acredito serem fundamentais para a constituição da sociedade pluralista e multicultural⁶.

Multiétnicidade: A presença de vários grupos étnicos no interior de uma mesma sociedade. Estes grupos étnicos geralmente têm sido associados aos chamados grupos minoritários que não representam a expressão da oficialidade da cultura assumida como nacional de um determinado estado. A etnicidade distinta de um grupo se constitui pelo auto-reconhecimento de pertencimento a um determinado conjunto de pessoas que possuem heranças culturais comuns e que também são reconhecidas pelos outros como diferentes da cultura oficial. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que estes grupos buscam de alguma maneira constituir um espaço de livre manifestação e formas de preservação de suas tradições culturais. A luta empreendida pelo movimento negro contra o racismo, as reivindicações apresentadas pelas organizações indigenistas na América Latina, ou, então, as próprias guerras com forte teor étnico no continente africano e no leste europeu são ilustrativas destes processos de constituição, mesmo que em alguns casos não sejam geográficas, mas de luta permanente pelo uso e preservação de manifestações culturais. Nesse sentido não se deve esquecer, mesmo nas nações européias, o ressurgimento (particu-

⁶ Não estou pretendendo oferecer aqui todos os elementos constituintes de uma sociedade que se construa a partir da valorização da multiculturalidade, mas elencar alguns deles que possam localizar algumas balizas referenciais para minha reflexão neste momento, ainda de forma embrionária.

Educação

larmente prefiro adotar o termo revigoramento) de grupos étnicos pertencentes à nação onde estão e que estão sendo revigorados.

Identidade híbrida/plural: Como resultado das distintas culturas que convivem em um mesmo espaço, resultado nem sempre harmonioso, porém que possibilita o cruzamento e processos de hibridação identitária. Reconstruções culturais identitárias que se dão pelo cotidiano e pelas exigências da sobrevivência. Pode-se situar duas vertentes para compreender esta características. A primeira delas, no nível pessoal, considera a formação identitária como processo de auto-reconhecimento do sentido, de fazer parte de algum grupo distinto. O sujeito reconhece-se como integrante deste grupo a partir de características próprias no âmbito físico. A outra vertente corresponde aos padrões culturais que caracterizam o pertencimento a um determinado grupo étnico. Nesse sentido a primeira vertente normalmente antecede a segunda. Para que haja a identificação com um determinado padrão cultural-étnico é necessário que ocorra um processo de auto-reconhecimento primeiro. E, posteriormente, o que vislumbramos hoje é a constituição de identidades que passam a ser construídas por diferentes contribuições culturais-étnicas. Realidade que se observa atualmente, de forma mais nítida, com o processo de globalização e as facilidades de mobilidade desencadeadas pelo avanço tecnológico no âmbito da comunicação.

Grupos minoritários: Historicamente presentes no interior das sociedades, mesmo tendo passado longo período de tempo sendo negados, refletem formas de organização social mantidas por laços culturais e religiosos e também formas de perceber o contexto em que se inserem de forma diferente ou distinta da maioria. Esta idéia de minoria normalmente vem acompanhada pela lógica das relações desiguais e discriminatórias, que não raro acabam por originar formas de agrupamento étnicos

Movimentos migratórios: característica marcante das duas últimas décadas, onde se observa uma imigração do sul para o norte do planeta, em outras palavras, dos países do terceiro mundo ou em desenvolvimento para os chamados países do primeiro mundo. Os motivos tanto podem ser localizados no âmbito econômico como por razões de

Educação

guerras e conflitos étnicos. Mais recentemente, os conflitos do Leste Europeu e a imigração do leste para oeste faz com que novos mapas culturais se intensifiquem no interior das nações, principalmente, européias.

A necessidade de um grau mínimo de homogeneidade cultural e política: como forma de garantia básica dos direitos humanos e do exercício da cidadania. Com isto garante-se também o direito à participação democrática na construção das sociedades multiculturais e plurais. Eis aqui um dos grandes desafios: conjugar diversidade com um eixo condutor mínimo que possa concretizar o ideal de democracia.

Para além do reconhecimento das diferenças: exigência que deve ser assumida para que não haja um reducionismo no debate sobre a multiculturalidade. Para além do reconhecimento do outro diferente, há necessidade de atitudes que busquem no intercâmbio solidário o crescimento e consolidação de um projeto de humanização.

Não menos interessante, apontar alguns dos conflitos que se apresentam nesse contingente da sociedade vista sob a ótica multicultural e pluralista, para isso tomo a análise realizada pelo pesquisador Javier de Lucas, da Universidade de Valência (Espanha), que situa a idéia de choque entre as civilizações pela ótica da cultura e não da economia ou no campo das disputas pelo poder político, como é proposta pelo professor norte-americano Huntington:

a fonte fundamental de conflitos (na nova fase da política mundial) não será basicamente ideológica nem econômica. As grandes divisões da humanidade e a fonte de conflitos predominantemente serão de caráter cultural... O choque de civilizações dominará a política mundial. As linhas de fratura entre as civilizações serão as linhas de frente do futuro (LUCAS, 1994, p. 26).

Nestas fraturas/rupturas propostas por Huntington não há espaço para o diálogo, o intercâmbio, a solidariedade, mas para disputas onde se enfrentarão as culturas dominantes, cabe lembrar, herança do ideal do estado nacional com as culturas minoritárias e, conseqüentemente, as culturas de grupos étnicos. Nesta perspectiva não resta muito a

Educação

fazer a não ser preparar-se para enfrentar os “perigos” oferecidos pela lógica multicultural e pluralista.

Este tem se constituído num dos argumentos para combater o multiculturalismo ou a multiculturalidade presente no interior das sociedades atuais, por exemplo, o fechamento de fronteiras, como é o caso entre Estados Unidos e México. Segundo esta perspectiva é preciso rechaçar as manifestações culturais que não se enquadram dentro da lógica nacionalista homogênea. Também não tem espaço para a constituição de identidades culturais distintas ou híbridas, pois elas ameaçam o pertencimento à nação. Em outras palavras pode-se afirmar: colocam em risco a manutenção da hierarquia ocidental.

Javier de Lucas chama a atenção para a percepção de formas já em processo de implementação que seguem esta orientação intelectual, na maneira de compreender os fenômenos contemporâneos multiculturais. Lembra as medidas européias de contenção da imigração de africanos e latinos. Esta problemática ainda não é visível nas relações entre países da América Latina. A presença de argentinos no Brasil ou vice-versa não tem acarretado problemas dessa ordem. Mas, por outro lado, tem oferecido condições para que, principalmente em regiões de fronteira, as relações híbridas se constituam.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *América Latina entre Europa y Estados Unidos: Mercado e interculturalidad*. Conferência apresentada no “II Congreso Europeo de Latinoamericanistas”, Halle, 4 a 8 de setembro de 1998. 23p.

CASTELLS, Manuel. La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Vol. 2. *El Poder de la identidad*. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

COSTA, Alfredo Bruto da. *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998. (Coleção Cadernos Democráticos)

Banco Mundial. Informe sobre o desarrollo mundial 1995, Washington, D.C. pp. 75-76. In: DELORS, Jacques. *La educación encierra un tesoro*. Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la educación para el siglo

Educação

XXI. Madrid: Santillana\ Ediciones FERNÁNDEZ, Matilde. Vienen para quedar-se, son bienvenidos. In: *Revista Temas*, Madrid, no. 43, 1998. pp. 19-22.

JULIANO, Dolores. Inmigrantes de segunda. La adscripción étnica asignada. In: SANTAMARIA, ENRIQUE; PLACER, Fernando González (coords.). *Contra o fundamentalismo escolar. Reflexiones sobre educación, escolarización y diversidad cultural*. Barcelona: Vírus, 1998. pp. 125-138.

LUCAS, Javier de. Elogio de Babel? Sobre las dificultades del derecho frente al proyecto intercultural. *Anales da Cátedras Francisco Suárez*. no. 31 – 1994. pp 15-39.

MARTÍ FONT, J. M. Cataluña debate el reparto de inmigrantes entre la escuela pública y la concertada. In: *Jornal El País*, Madrid: 6 de octubre de 1998.

SAÉZ CARRERAS, J.; GARCIA MARTÍNEZ, A. *Del racismo a la interculturalidad. Competencia de la educación*. Madrid: Narcea Ediciones, 1998.

SÁNCHEZ CANO, Javier. Migracions, racisme i polítiques comunitàries. In: ACHOTEGUI, José; SÁNCHEZ, Javier (coords.) *1997 Any europeu contra el racisme i la xenofòbia. Una visió progressista*. Barcelona: Grup Parlamentari del Partit dels Socialistes Europeus, 1997. pp. 11-28.

TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos? Iguales e diferentes*. Madrid: PPC, 1997.

TOURAINÉ, Alain. ¿Que és una sociedad multicultural? Falsos e verdaderos problemas. In: *Revista Claves de Razón Práctica*. Madrid: Progreso, out\1995, n. 56. pp. 14-25.

Educação